

“BABEL REVISITADA: A CONSTRUÇÃO DE UMA POÉTICA DAS LÍNGUAS NAS AMÉRICAS”

Maria Bernadette Porto
UFF/CNPq

Constituindo-se como um objeto privilegiado de estudo para todos os que se interessam pela linguagem, aos olhos de Paul Zumthor (1997), a narrativa bíblica de Babel pode ser vista como um texto aberto, pleno de virtualidades que foram retomadas e reinterpretadas ao longo da história, sugerindo as idéias de confusão, inacabamento, pecado de orgulho, punição divina, impossibilidade de comunicação, entre outras. Em nossos dias, muitos congressos, revistas e publicações resgatam alguns aspectos deste mito que aponta para uma pluralidade de direções.

Para nós, que já construímos, no decorrer de muitos anos de pesquisa, certa bagagem de reflexões em torno das chamadas literaturas francófonas, no seio das quais, dotados de uma consciência lingüística muito apurada, os escritores são condenados a pensar a língua (GAUVIN, 1996, p. 7), a lembrança de Babel nos parece muito enriquecedora, sugerindo promessas interessantes de futuras investigações. Todavia, ao invés de a encararmos sob a ótica do pessimismo e da negatividade, preferimos considerá-la, a exemplo de Octavio Paz (1991), através de sua aproximação com Pentecostes. Assim, trata-se, antes de tudo, de se ter acesso à compreensão de outrem, para além das diferenças, e de reconhecer que “cada um, sem deixar de ser o mesmo, é o outro” (PAZ, 1991, p. 8). Distanciamos-nos, pois, da visão desfavorável da pluralidade das línguas associada na Idade Média à punição de uma falta antiga (ZUMTHOR, 1997, p. 91) e que, ainda na contemporaneidade, foi vivenciada enquanto dilaceramento doloroso ou apelo à alienação em sociedades marcadas pelo processo da colonização, onde se afrontavam a língua materna e a língua do colonizador.

Consciente de que, hoje, os autores escrevem na presença de todas as línguas do mundo, Édouard Glissant sugere a riqueza da coexistência das línguas no ato da escrita (GLISSANT, 1995, p. 84), o “imaginário das línguas” sendo uma característica de nosso tempo. Já em pesquisas anteriores – e, em particular, em ensaios em que nos detivemos nos chamados autores migrantes do Quebec – pudemos verificar que mesmo o contato tenso de línguas representado, em maior ou menor grau, nos textos analisados, assegura a sua criatividade. Além disto, ainda que domine apenas um idioma – e aqui as análises de Derrida (1996) e Régine Robin (1993) nos levariam a questionar se é possível possuir ou habitar uma língua – nenhum autor pode escrever num idioma de modo monolíngue (GLISSANT, 1995, p. 84). Isto porque para escrever é preciso que o escritor descubra a estranheza no seio de sua própria língua, explorando os caminhos nem sempre familiares e até imprevisíveis de seu idioma.

Inspirando-nos sobretudo nas análises de Octavio Paz (1991), Jacques Derrida (1987) e Paul Zumthor (1997), buscaremos na referida narrativa bíblica pontos de apoio para uma breve apresentação de nossas primeiras reflexões que, por ocasião do desenvolvimento de nosso projeto, se orientarão no sentido do diálogo estabelecido entre obras das literaturas quebequense, antilhana e brasileira. Tal diálogo demonstrará possivelmente que, apesar das diferenças relativas à própria noção de “surconscience linguistique” que afeta autores oriundos de jovens literaturas (GAUVIN, 1997, p. 6) – onde a mesma é vivenciada de formas e em tempos diversos – é no próprio exercício da Literatura Comparada que se dá a superação dos impedimentos decorrentes de Babel. Lidas sob a inspiração de Pentecostes, as obras a serem estudadas dialogam entre si, mesmo guardando suas opacidades particulares.

Em primeiro lugar, o desejo coletivo de “se fazer um nome” que aparece no texto bíblico pode ser associado à necessidade imperiosa de se afirmar uma identidade no âmbito de sociedades oriundas do sistema colonial. É sabido que, como a torre de Babel, todo processo de construção identitária é marcado pelo inacabamento. Sinal da incompletude própria da existência humana (TODOROV, 1996, p. 100), o inacabamento aqui não se confunde com a noção de fracasso. Fugindo à idéia de essencialismo, o processo identitário – sempre presente nas “jovens literaturas” – constitui algo em aberto que supõe a possibilidade de novos inícios. No que concerne a Babel, segundo Manganelli (1989), a partir daí, tudo o que acontece ou existe está ligado à lei dos recomeços. Isto parece insinuar a visão atual da idéia de origem que, na concepção de autores como Régine Robin (1993) e Daniel Sibony (1991) é passível de ser continuamente reinventada.

Outro aspecto do episódio babélico que remete a questões da contemporaneidade refere-se à experiência vivida no espaço. Para Zumthor, a mesma narrativa se organiza a partir de oposições espaciais: errância e fixação, terra e céu, espaço dado e espaço a ser conquistado. Estão aí, em jogo, dois eixos: a horizontalidade do lugar de estadia dos homens, de sua migração e de sua dispersão final e a verticalidade da obra elevada até o firmamento (ZUMTHOR, 1997, p. 57). Segundo o mesmo autor, na narrativa de Babel verifica-se a passagem do nomadismo à sedentarização: “eles encontram uma planície em Shinéar e aí se instalam” diz o texto. Assim, o homem construiu para si mesmo um ponto de referência no espaço e no tempo. Interessa-nos reconhecer nas pistas apontadas por Zumthor alguns dados que podem contribuir para as reflexões em torno dos autores nômades de nosso tempo, vistos como “homens traduzidos, produtos das *novas diásporas* criadas pelas migrações pós-coloniais” (HALL, 1999, p. 89). Apesar da oposição nômades/sedentários não se colocar mais exatamente da mesma maneira em nossos dias, uma vez que a própria noção de distâncias espaciais tende a se tornar relativa e imprecisa, assim como as configurações identitárias, admitimos, com ZUMTHOR (1997, p. 141) que, desconfiando das idéias fixas e de toda espécie de limites, o nômade deixa-se levar pelo movimento e, mais particularmente, pelo seu corpo que lhe dá a medida do universo. Ou, como pensa Glissant, a errância se confunde com o apetite do mundo (1995, p. 96), com a disponibilidade para o plural do Outro.

Explorando um pouco mais a questão espacial detectada por Zumthor na narrativa bíblica, remetemo-nos agora a duas dicotomias privilegiadas na obra de Glissant. A primeira, inspirada em Deleuze e Guattari, refere-se à distinção raiz/rizoma, que, de alguma forma, corresponde às oposições unidade/dispersão, verticalidade/horizontalidade e fixação/nomadismo presentes no mito de Babel. Única e orientada em direção às profundezas do solo, a raiz se inscreve no eixo vertical, ao passo que o rizoma, raiz múltipla, se estende em redes, na terra ou no ar, destituindo-se do caráter totalitário associado à raiz (GLISSANT, 1990, p. 23). Índice dos contatos plurais com o Outro, o rizoma se articula com a poética da Relação (GLISSANT, 1990), com a abertura para a pluralidade de línguas e culturas, diferentemente da raiz, presa à sugestão de monolinguismo. Vinculando-se a tal dicotomia, a oposição *território/lugar* (GLISSANT, 1981) também pode ser evocada aqui para reler o mito de Babel à luz da perspectiva espacial. Se o *território* – ligado ao fascínio do Mesmo – supõe a existência de fronteiras remetendo ao monolinguismo, à raiz única e à concepção de uma memória exclusiva vinculada à História, o *lugar* corresponde, antes, à diversidade de histórias e memórias transversais nas quais são convocadas todas as línguas e são mobilizadas todas as formas de expressão (ao contrário do *território* que tende a privilegiar apenas a escrita).

No panorama quebequense atual, com o reconhecimento da presença de vozes plurais relativas à literatura migrante que contribuiu para o questionamento da identidade construída em torno da homogeneidade difundida pelas elites canadenses francesas (BOUCHARD & LAMONDE, 1997), o mito de Babel adquire particular relevância.

Situados em Montreal, Babel em trânsito por excelência (NOËL, 1992), muitos romances (de autoria de escritores migrantes ou não), refletem os encontros e desencontros das línguas na cidade cosmopolita.

Necessário se faz esclarecer que, desde sempre, o estatuto da literatura francófona produzida no Canadá (denominada, inicialmente, “canadense de língua francesa” e, a partir da Revolução Tranqüila, “quebequense”) passou pelas reflexões sobre a questão lingüística e pela defesa da língua francesa. Ainda nos anos 60, a polêmica criada sobre o “joual” trouxe à baila discussões sobre as próprias condições de existência desta comunidade marcada pelo sistema colonial. Hoje, com a revisão dos conceitos de identidade cultural, o debate sobre a(s) língua(s) no Quebec tende a ser colocado de outro modo. Assim, deixando de ser visto como expressão de uma identidade baseada no caráter homogêneo dos quebequenses, o francês tende a se constituir o lugar onde se manifestam representantes de povos diversos, ou, como pensa Simon Harel, diferentes estranhezas (HAREL, 1989).

No que diz respeito às reflexões produzidas no Quebec sobre a tradução – decorrência babélica – podemos lembrar que elas constituem um campo interessante de análise. Ressaltaríamos, de imediato, a representação desta atividade no plano ficcional. Em muitas obras romanescas, a tradução remete a situações constrangedoras vivenciadas, no cotidiano pelos quebequenses, em seu próprio espaço onde “tudo fala inglês” (PORTO, 1997). Em romances mais atuais, tal prática remete, antes de tudo, à evocação de Babel a partir da multiplicidade de suas sugestões (em especial, a estética do heterogêneo e do inacabamento).

No domínio da ensaística desenvolvida no Quebec, atribuindo ao conceito de fronteira – lingüística e cultural – um lugar privilegiado em suas análises, muitos autores destacam o papel da tradução no processo de negociação contínua entre indivíduos e comunidades possuidoras de línguas e culturas diversas. É o caso, por exemplo, do livro *Le trafic des langues* de Sherry Simon (1994), em que, ao analisar romances quebequenses, a autora reconhece uma poética da tradução.

Por sua vez, interessando-se pela posição dos escritores francófonos situados no entrecruzamento de línguas, Lise Gauvin dá realce às estratégias textuais de que se valem tais autores, entre as quais identifica a tradução (em Réjean Ducharme, por exemplo). Lendo o texto francófono como espaço lúdico propício aos jogos de língua e às metamorfoses, Gauvin o vê como travessia de línguas onde se manifestam memórias de outros idiomas e a possibilidade de uma outra língua marcada pelo heterogêneo – talvez a terceira língua proposta por Antoine Berman no seu clássico estudo sobre a tradução (1984), que, aos olhos de Régine Robin, “ao invés de fingir preencher a falta, designa o horizonte da fissura” (ROBIN, 1993, p. 17). Em poucas palavras, Robin nos remete à ambivalência babélica: se, por um lado, todo escritor deve atravessar os limites de seu próprio idioma para criar um outro (mesmo dentro de sua língua materna), ele se depara com a impossibilidade de superar a falta inicial.

Como no contexto quebequense, graças ao reconhecimento da construção de uma outra poética de línguas, fecundada pela lembrança de uma Babel feliz – como propôs Barthes (BARTHES, 1973) – nas Antilhas de hoje foi ultrapassada a tendência ocidental à valorização do confronto entre dois idiomas (o francês contra o inglês, no caso do Quebec, e o crioulo contra o francês, no contexto antilhano) (GAUVIN, 1997, p. 38). Desta forma, a relação problemática dos antilhanos com a língua francesa – assinalada já na obra clássica de Fanon *Peau noire, masques blancs* foi redimensionada. Como se sabe, os antilhanos não se vêem mais nos célebres versos do poeta haitiano Léon Laleau: “Vocês conhecem este sofrimento igual a nenhum outro, o de exprimir com palavras da França este coração que me veio do Senegal?” (GAUVIN, 1997, p. 89). Também não se trata mais de escrever contra o francês, como o fez René Depestre durante certo tempo na sua tentativa de

descolonizar tal idioma (GAUVIN, 1997, p. 89). O que importa é admitir a apropriação da língua francesa assumida por poetas e escritores como Raphaël Confiant, Patrick Chamoiseau, Ernest Peprin, entre outros. Trata-se de fecundar a língua francesa a partir da ótica crioula. É o que afirma a autora Simone Schwarz-Bart ao revelar que, quando escreve, a língua crioula é o sol que ilumina, aquece e dá vida a suas idéias em francês, a tal ponto que, sem o crioulo, a língua francesa ficaria de certo modo como a Bela Adormecida no bosque à espera do Príncipe Encantado. Além disto, para a mesma escritora, não se trata de traduzir o crioulo em francês – o que supõe, a nosso ver, a lembrança das impossibilidades de Babel – mas de admitir que, às vezes, no seu exercício diário, o crioulo está no não-dito e que é preciso traduzir o não-dito da língua crioula – o que, apesar da opacidade – garante a tradutibilidade do mesmo idioma (GAUVIN, 1997, p. 121).

Finalmente, é preciso dizer que em nossas reflexões sobre a representação da língua em obras literárias produzidas nas Américas, não poderíamos deixar de ressaltar o lugar de inscrição de nossa identidade. Embora a noção de “surconscience linguistique” (GAUVIN) não se coloque mais para nós como ocorreu no passado – quando a questão da identidade nacional passava pelas discussões em torno da especificidade da língua portuguesa no Brasil – muitos autores de hoje reservam, em seus textos, um espaço significativo para reflexões sobre nosso idioma, assim como o fizeram em sua época, José de Alencar, Machado de Assis, Olavo Bilac, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, entre outros.

Encarando a língua a partir da idéia da sua conquista diária por parte de seus falantes, muitos escritores souberam fugir ao mito da pureza do idioma legado, visto por muitos estudiosos como um tesouro herdado a ser preservado (cf. PORTO, 1993). Deste modo, de forma poética, Nélide Piñon realça os lamentos africanos que, “nos últimos quinhentos anos brasileiros” foram incorporados ao português, tornando-o uma “língua morena” (PIÑON, 1980, p. 14-15), definido pela mesma autora em outro romance como uma “língua salgada, com ritmos retumbantes” (PIÑON, 1987, p. 407). Embora possamos reconhecer nestas passagens uma certa visão estereotipada da nossa identidade – associada à sensualidade da raça negra – identificamos aí sobretudo a valorização do caráter híbrido próprio da construção identitária.

Já na época do nosso Modernismo, denunciando o hiato entre a língua escrita (defendida pelos gramáticos orientados pelo modelo da língua portuguesa da metrópole) e a língua falada no Brasil, foi questionada a questão da correção e o mito da pureza a que aludimos. Assim, opondo-se ao “falar difícil” do lado doutor, em seu “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, Oswald de Andrade propõe uma “língua sem arcaísmos, sem erudição”, “com a contribuição milionária de todos os erros”, tal como somos e falamos (ANDRADE, 1978). Menos preocupado com os erros de gramática do que com os “erros de linguagem que fragilizam a expressão” (PINTO, 1981, p. 131), Mário de Andrade anunciou, um dia, que escreveria a Gramatiquinha da Fala Brasileira. Também em seu texto “Dialeto brasileiro” (1925), Manuel Bandeira afirmou que todos os brasileiros deveriam falar “como as cariocas que não sabem gramática” (PINTO, 1981, p. 209). Assim, através destas rápidas referências, vemos que, retomando ou atualizando reflexões anteriores sobre o idioma falado no Brasil, tais autores eram sensíveis ao caráter heterogêneo da língua portuguesa.

A exploração da heterogeneidade associada à prática lingüística de Babel se depreende sobretudo em obras mais recentes centradas na experiência de personagens imigrantes instalados no Brasil, onde se verifica a representação do entre-dois lingüístico e cultural, vivenciado de forma mais ou menos traumática (como aparece em *A asa esquerda do anjo* de Lya Luft). Trata-se de mostrar a negociação identitária entre dois idiomas, duas culturas e dois referentes espaciais. É o caso da travessia de línguas, memórias e religiões e do entrecruzamento da escrita e da oralidade no romance *Relato de um certo Oriente* (HATOUM, 1997), situado entre Manaus e o Líbano. Ou ainda, é preciso ressaltar a exploração de “efeitos de línguas” criados por Ana Miranda em *Amriké* (1997), através dos

quais a perspectiva da estranheza (de idiomas estrangeiros) se insinua nos silêncios e entrelinhas da língua portuguesa, fecundada pelos ecos da alteridade. Língua-torre refúgio, capaz de acolher as vozes plurais do Outro que dela se apropria, renovando-a.